

# THANATOS E AS EDUCAÇÃO PARA OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES: REFLEXÕES SOBRE O (NEO) CONSERVADORISMO

## Alexandre Luiz Polizel

*Professor no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina., alexandre\_polizel@hotmail.com;*

## Moises Alves Oliveira

*Professor no Departamento de Química da Universidade Estadual de Londrina. Professor no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e de Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, moises@uel.br.*

## Resumo

Voltamos o olhar as educações para os gêneros e sexualidades, mais especificamente aos efeitos discursivos que buscam se instaurar na contemporaneidade, via (anti)movimentos (neo) conservadores: a discursividade do movimento Escola sem Partido. O olhar a este movimento se dá pela compreensão de que o mesmo é componente aglutinador e que produz agência das linhas de subjetivação do sintagma 'Ideologia de gênero'. Posicionamo-nos a analítica de como tal movimento e suas narrativas buscam modalizar as educações para os gêneros e tais sexualidades, o presente trabalho tem por objetivo traçar considerações analíticas deste fenômeno contemporâneo, a partir de uma leitura Nietzscheana. Tal movimentação nos leva a três eixos que organizam este manuscrito: a) Thanatos como chave conceitual; b) A composição da narrativa do Escola sem Partido; e c) Três forças segregativas – má consciência, ressentimento e

ideal ascético, como pulsos Thanatológicos que tem disputado a modalização das educações para os gêneros e as sexualidades.

**Palavras-chave:** Educação, Educação para Sexualidade, Psicopolítica, Escola sem Partido.

## Notas introdutórias

**A**o pensar as educações, compreendemo-as enquanto múltiplos modos de ensinar, aprender, constituir saberes-poderes-verdades-existência. Nesse sentido o constructo da existência dá-se à medida que se investe em significações do que pode ser considerado formativo ou não. Estabelecem-se dinâmicas, espacialidades, instituições e interessamentos para os campos educativos.

Tomaz Tadeu da Silva (1999; 2015) pontua a educação em seu trâmite de constituição narrativa que define (est)ética, política e epistemologicamente a educação e seus modos operatórios. A curricularização se responsabilizaria por instaurar o campo de efetuação dos enquadres do (não)formativo. Tal baliza é dada nos atravessamentos: i) (est)éticos, na medida que estabelece as possibilidades de sentir, valorar e (co)laborar; políticos, ao passo que estabelece relações de poder, governo, agência das relações sociais e na disputa de conceptualização dos sujeitos – a exemplo a agonística para delinear a liberdade, autonomia, consciência e responsabilização; iii) epistemológica, na apresentação de saberes, (re)produção destes e demarcação veridictiva dos mesmos.

Nesse sentido a educação-curriculum faz-se na medida que é organizada enquanto um *facto* e *fetichê*. *Facto* do considerar as casuísticas produzidas, o posicionar dos (quase)sujeitos-(quase)objetos e os efeitos construídos-realizados; *fetichê* da produção narrativa, da imprevisibilidade, do encantamento e do erotismo. São as educações que derivam e são derivadas de poderes-saberes-verdades (SILVA, 1999), desejos-sujeições-subjetivações (FREUD, 1996; 2010), (des)potencializações-adoecimentos-saúdes (NIETZSCHE, 1996; 2017), modos operantes de sociedade-cultura-políticas... Nesse sentido opera a produção de diversidades e desigualdades.

Sob tal aspecto, os modos de compreender, posicionar e significar os sujeitos consistem em composições de produzir-disputar os *educares* e projetualidades sociais. Tal aspecto demonstra os recortes étnico-raciais, linguísticos, territoriais, regionais, de gêneros e sexualidades para re-pensar as educações que temos e desejamos (SILVA, 2015). As questões de acesso, permanência e reconhecimento de saberes marcados pela significação identitária são exemplos de buscas de supressão das desigualdades e de constituição de território

equitário (FREIRE, 1974; POLIZEL; 2019; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017).

As generificações e sexualizações das educações nesse sentido colocam-se como reivindicações de: i) garantir o funcionamento, acesso, permanência e reconhecimentos das pluralidades de modos de ser, nas múltiplas instâncias formativas escolares produzidas pelas sociedades modernas (SILVA, 2015); ii) compreender a extensão das práticas educativas para a produção de uma sociedade mais equânime, com redução das desigualdades sociais e a busca de subjetivações coletivas não nocivas ao Outro (POLIZEL; OLIVEIRA, 2018); iii) elaborar outros modos de verificação, de composição de sentidos, significações e reconhecimentos de campos de saberes minoritários, não considerados, deslegitimados ou sequer registrados devido a seus recortes produtivos – a exemplo as produções indígenas, quilombolas, ribeirinhas, comunidades tradicionais, do campo, femininas e de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans (POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018).

Tais são as demandas do final do século XX e início do século XXI, colocadas em pautas pelos movimentos sociais a partir de diagnósticos das problemáticas de seu tempo; tais são as demandas que colocam em pauta a produção de currículos outros embasados nos modos de identificação, diferenciação e diversificações (SILVA, 1999; 2015).

Contudo as ações criativas e reivindicativas deparam-se com movimentos reativos, ressentidos e conservativos (*do status quo*). As relações de poderes-saberes-verdades são tracionadas no campo agonístico das educações. O reacionarismo e o neofundamentalismos se levantam e colocam-se enquanto (anti)movimentos. Esses pautam-se nos “nãos” as reivindicações e criações colocadas em jogo pelos movimentos sociais minoritários (POLIZEL, 2019).

No que se refere as ofensivas de gêneros e sexualidades nas educações, o movimento Escola sem Partido (EsP) se faz agência, que elabora, veicula e captura modos de ser a medida que aglutina corpos-mentes pela propagandística da neutralidade, do antimarxismo e do antigênero. Tal propagandística – haja vista seu intuito elaborado sob a tríade propriedade, moralidade e mercantilismo – intensifica seu tonus sob o sintagma da *Ideologia de gênero* (CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017).

Tal propagantística toca aspectos epistêmicos, bem como aspectos do campo dos desejos. A política do EsP se faz na disputa dos governamentos dos corpos e entendimentos, bem como na compreensão dos desejos. Sob as estratégias calculadas que promulgam um currículo pastoral, pleiteia corpos uteis, dóceis e disciplinados com o intuito autoconservativos e antropofágico que vigora, buscando para além disso a intensificação de seus calibres operatórios.

São sintomas que se expressam de modos psicopolíticos, que pulsam e investem seus modos de afetar orientados pelos encontros de forças-desejos-políticos. Compreendemos que os antimovimentos em seu investimento reacionário, que busca dissipar, romper, desarticular, invalidar, eliminar ou excluir as produções dos movimentos sociais, enquanto orientados por uma pulsão thanatológica.

Sigmund Freud (1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002), vale-se da diagnose dos investimentos desejantes para compreender o funcionamento operatório da psique. Tais linhas são organizadas enquanto linhas eróticas, da pulsão da vida (pulsões do ego e libidinal); e pulsões de linhas thanatológicas, da morte, exclusão, eliminação e agressão para com o Outro. O mote da noção de morte é o mote da moralidade-ressentida para Friedrich Nietzsche (1996; 2017), é do dizer “Não” ao Outro, a diversidade e ao que escapa da homogeneidade da moralização.

É desta óptica que nos colocamos a olhar as educações para os gêneros e as sexualidades, mais especificamente aos efeitos discursivos que buscam se instaurar na contemporaneidade, via (anti) movimentos (neo)conservadores: a discursividade do movimento Escola sem Partido. O olhar a este movimento se dá pela compreensão de que o mesmo é componente aglutinador e que produz agência das linhas de subjetivação do sintagma ‘Ideologia de gênero’.

O exercício do percurso analítico deste ensaio dá-se analisando a proposição da interface discursiva disposta no sítio eletrônico do movimento Escola sem Partido e na ordenação de sua propositiva de Projeto de Lei (BRASIL, 2015; 2016; 2019), lançando mão da filosofia nietzschiana para constituição de chave de leitura conceitual. Tal movimentação nos leva a três eixos que organizam este manuscrito: a) Thanatos como chave conceitual, em que instauramos uma hermenêutica a partir deste; b) O fenômeno contemporâneo no entorno das educações para os gêneros e as sexualidades, situando a composição da narrativa do Escola sem Partido; e c) Três forças

segregativas – má consciência, ressentimento e ideal ascético, como pulsos Thanatológicos que tem disputado a modalização das educações para os gêneros e as sexualidades. Vê-se que a compreensão do fenômeno que se impulsiona pelas forças thanatológicas é de suma importância para a composição de políticas estéticas, éticas e políticas para a criação de novos modos de existências, não infectados, contaminados ou mortificados pelas pulsões de thanatos.

## Thanatos: uma chave conceitual

O pensar o fenômeno contemporâneo dos movimentos neo-fundamentalistas que se instauram e podem ser representados pelo personagem conceitual Escola sem Partido, remete ao pontuarmos as forças constitutivas investidas para operacionalizar a discursividade do movimento. Sigmund Freud (1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002) investe na possibilidade de compreender tais fenômenos a partir de uma óptica das pulsões. Nessa perspectiva as pulsões de vida-eróticas e de morte-thanatológicas norteiam as possibilidades de compreender as culturas-civilizações e os sujeitos.

Em tal aspectos é evidenciado que as forças constitutivas dos sujeitos se dão nos movimentos (auto)conservativos e disjuntivos. Os movimentos autoconservativos vertem-se no tomus eróticos das corporificações – dos indivíduos, saberes e culturalidades –, de modo que a conservação de si e do coletivo se afetam de modo a manter e estimular a vida. O Eros, aproximação, busca do prazer e do gozo são fundantes das chamadas potenciais de vida.

Erich Fromm (1964) e Paulo Freire (1974) irão posicionar a passagem das forças eróticas ao plano da consciência, das biofilias, dos processos de tomada de consciência que investem e buscam a transformação, criação e instauração de modos de vida. A ideia é inclusiva-conectiva, que opera pela busca da transformação do ser, do Outro, do coletivo e do ambiente. É investimento desejante na busca da conservação dos múltiplos modos de vida, abrindo-se a diversidade e a uma composição existencial do *Ser mais*.

O posicionamento do *Ser mais* reflete-se em prática aditiva, que soma modos de existência em suas movimentações conformativas-afirmativas. Tal movimentação remete a produção de um corpo coletivo, o que suprime as pulsões individuais, uma dissolução do Eu em prol de uma coletividade. Nesse sentido, há aspectos destitutivos

na consciencia biófila de Fromm-Freire (1964; 1974), pois perde-se o caráter da subjetividade individual, há supressão do gozo do sujeito, há processos repressivos acionados que recalcam pulsões eróticas do sujeito-Eu e agencial pulsões eróticas do sujeito-Social.

Compreendemos nesse sentido que no campo da consciencia é possível falar de uma biofilia pura, apenas caso o inconsciente seja desconsiderado em tal processualidade. Em tal sentido é opaca – se não impossível – a separação dos investimentos *eróticos* e *thanatológicos* (FREUD, 1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002). Contudo, o mesmo pode ser utilizado como uma chave hermenêutica para compreender os fenômenos sociais-educacionais-existênciais-epistemológicos, a medida que produzimos uma bifurcação de compreensão.

Nesse sentido as pulsões thanatológicas, compreendidas na metáfora da consciencia necrófila (FROMM, 1964; FREIRE, 1974), ao passo que eles convocam um *Ser menos*. Modo subtrativo, que busca separar, criar cisões, bifurcar os modos de existir. Nesse sentido determinadas consciencias são consideradas como aceitas, normais, naturais e valorizadas, passando a ser tratadas enquanto formativas; enquanto outros modos de existir são tratados como marginais, desviados, anormais, passíveis de exclusão, eliminação, segregação, desvalorização e deslegitimação.

Assim, as forças eróticas podem ser consideradas em seu aspecto afirmativo-aditivo, e as forças thanatológicas em sua incidência negativa-subtrativa. A efetuação negativa-subtrativa se dá no dizer não ao Outro, na agressividade, belicosidade, negação – *dizer Não* –, na exclusão e eliminação do Outro. Nesse sentido, o ser humano em suas próprias forças constitutivas

[...] não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo.

*Homo homini lupus* [O homem é o lobo do homem]  
(FREUD, 2010, p. 49)

Há assim satisfação no *exercício* da violação que retira algo do Outro, e nos pultos perversos de eliminar o Outro para se autoconservar. É thanatológico nesse sentido reconhecer no Outro o aspecto de estrangeirismo, do risco e da própria sensação de impotência (FREUD, 2010; NIETZSCHE, 1996). Em tal aspecto, a educação pode ser agenciada a operar para o funcionamento da conservação dos que se situam na importância, nesse sentido investindo na produção de consciências necrófilas (FROMM, 1964; FREIRE, 1974).

Sob tal perspectiva, compreender os agenciamentos e investimentos de pulsões de morte, thanatológicas, é chave conceitual para compreender os fenômenos agonísticos da educação contemporânea – e seus enfoques aos gêneros e sexualidades nos atravessamentos destes.

## Necrofilia da Consciência

Como acontecimento-personagem conceitual do operatório de forças thanatológicas nas educações para os gêneros e sexualidades, evidencia-se o destaque contemporâneo ao movimento Escola sem Partido. As bases constitutivas do movimento Escola sem Partido se dão ao menos em duas instâncias constitutivas: o olhar psicanalítico e moralizante. O movimento EsP é representação dos investimentos educativos para necrofilia da consciência.

Podemos situar a insurgência do movimento EsP, no Brasil, em 2004, sob influências de organizações norte americanas como “*No indoctrination*”, “*Accuracy in Media*” e “*Accuracy in Academia*”, que visavam o controle de posições ideológicas, conteúdos disciplinares e espaços formativos de discussão. Em sua conformação inicial, o EsP não adquiriu visibilidade e força de adesão necessária para compor-se enquanto antimovimento. Sua centralidade de início eram os discursos anti-comunistas de caráter risível centralizado em aparecimentos de seu fundador em espaços de pouca veiculação midiática, o advogado constitucionalista e ex-procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, defensor da formação de acordo com a moralidade parental.

O movimento encorpa com: i) as jornadas sociais “Passe Livre” de junho de 2014, em que a representatividade conservadora, neo-fundamentalista e do neoliberalismo econômico captural o signo



representativo dos movimentos de rua, e sob a roupagem de não partidários passam a tomar espaços de visibilidade política-institucional; ii) as movimentações reformativas encabeçadas representantes do agronegócio, armamentistas e de setores religiosos, que colocam-se contrários as educações (pós)críticas; iii) As mobilizações das redes privadas de educação, de viés neoliberal-empresarial, na disputa de apagamentos nos Planos (Nacionais, Estaduais e Municipais) de Educação – realizadas nos anos de 2014 e 2015.

Vale demarcar que a votação dos Planos ficou registradas pela agonística em torno das metas e estratégias que versavam acerca da supressão das desigualdades sociais e responsabilidade do Estado no entorno das educações para os gêneros, sexualidades e para a diversidade cultural brasileira – em aspectos étnico-raciais, regionais, territoriais, de classe e demais caracteres que identificam agrupamentos identários e subjetivações. Contudo, em uma investida reativa de pressão de anti-ovimentos religiosos como o “Pró-vida”, o “Pró-família”, o “Cristãos contra a ideologia de gênero”, o “Pela Família”, entre outros “Ns” antimovimentos, todos articulados contra a promoção dos direitos reprodutivos, direitos humanos e dos direitos sexuais para o *Ser mais* – antimovimentos que militam pelo *Ser menos* e pelas necrofilias das consciências, especialmente no que tange à descriminalização do aborto e à visibilidade LGBTQTIA –, as metas referentes aos gêneros foram suprimidas do Plano Nacional de Educação e de muitos planos estaduais e municipais sob a alegação de que o Estado não deveria compactuar com uma ideologia híbrida comunista e pró-gênero (POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018).

O movimento EsP se encorpa ainda mais com a disponibilização de modelos de ante Projetos de Leis, que organizam as pautas do movimento, e o alinhar-se com partidos de base dos governos de (ultra)direita como PMDB, DEM, PEN, PDT, PTN, PSD, PP, PSC, PV e PSDB (bem como as novas vestimentas sob as siglas do PSL, NOVO, PATRIOTAS, Aliança pelo Brasil, entre outros). Tais articulações políticas fazem-se na disputa pelo agenciamento dos desejos-consciência de modo a conservação do status quo pela negação do Outro (POLIZEL, 2019).

A exemplo disso, para além dos apelos inconstitucionais para validação das discursividades<sup>1</sup>, é dado nas conformações negativas do estabelecimento das bases do projeto de Lei. A exemplo como base constitutiva do movimento, a redefinição das funções do professor e a disposição deste em cartazes fixados nas salas de aula, de 70 centímetros de altura por 50 centímetros de comprimento, (BRASIL, 2015), estabelecidas pelo Esp:

Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor:

I - **não** se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;

II - **não** favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III - **não** fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

VI - **não** permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (BRASIL, 2015, p. 3, *grifus meus*)

Estabelecimento de funções baseados apenas em lógicas negativas-proibitivas, estabelecendo um campo de composição ascé(p) tico no que se verte a atuação docente, liberdade de ensino e liberdade de consciência (POLIZEL, 2019; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018). Na versão mais recente do projeto 246/2019 (BRASIL, 2019, p.1, *grifus meus*), apresentada pela Deputada Federal Bia Kics (PSL-DF), inclui ainda em seu “Art. 2º O Poder Público **não** se imiscuirá no processo de

1 Em outros trabalhos encontram-se registros acerca das inconstitucionalidades do Esp, dos personagens conceituais envolvidos na propositiva de lei, investimento psicopolítico e em sua estruturação sob a noção de moralidade e de filho enquanto propriedade (PENNA, 2016; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018; POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; POLIZEL, 2019).

amadurecimento sexual dos alunos **nem** permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.”, incorrendo claramente na busca de definição negativa sob a função do Estado em relação as políticas-educações para os gêneros e as sexualidades.

Evidenciamos nesse sentido que há o investimento na definição de aspectos negativos. A definição do *Não* a ser direcionado ao Outro, estabelece também o campo passível de ser vigiado, perseguido, punido, excluído ou eliminado dos sistemas educativos. O investimento psíquico nesse sentido dá-se na tentativa de atuar com agressividade, *dujunção* e *subtração* para com temáticas proibidas no investimento intermediado pelo aparelho jurídico-legislativo. A ideia é da mortificação do proibido (FROMM, 1964; FREIRE, 1974).

Aqui há a disputa pelo que não deve ser cultivado, o que deve ser colocado como contrário e não tolerável a noção de civilizaçã que se busca construir e validar (FREUD, 2010). O investimento tanatológico então é a busca da mortificação da própria possibilidade de discutir e considerar saber-formativo e educativo. A instancia proibitiva então é o investimento da morte consolidado pela totemificação da ordem a qual o movimento EsP pleiteia.

A necrofilização da consciencia (FROMM, 1964) dá-se então no intento de invalidação da própria ideia de pensar, veicular, discutir e refletir sobre um saber. É a interdição da potencialidade de levar a crítica no campo da consciencia. É necrófila pois impede a própria apropriação pela vida-consciência da composição discursiva-enunciativa desta. A operacionalização que o EsP busca é, nesse sentido, o intento de construir as maquinárias de obstrução, repressão e recalçamento (CHAUI, 1991).

O apelo da fetichização do EsP e de sua lógica totemificada é dada pelo apelo a preservação, reprodução e habituação de uma moralidade para docilização-mecanização-mercantilização dos corpos. A essas vemos o encontro das forças thanatológicas de Freud (1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002) com as forças segregativas de Nietzsche (1996; 2017).

## Forças segregativas: mortificação

Nossa hermenêutica se guia em uma hibridização. Compreendemos que as pulsões thanatológicas (FREUD, 1996; 2010; BASTOS, 2010;

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002) e as corporificações de consciências necrófilas (FROMM, 1964; FREIRE, 1974) são operacionalizadas nas linhas de força segregativas da mortificação-moralização (NIETZSCHE, 1996). Tal substrato é buscado nas contribuições de Friedrich Nietzsche (2017), em seu movimento de análise desenvolvido em sua *Genealogia da moral*.

A análise da moral desenvolvida pelo referido, diagnostica o funcionamento da moralização-moralidade a partir de três linhas de força da segregação – o segregativo apresentado por separar os corpos daquilo que eles podem, por despotencializa-los, aprisioná-los e adoecê-los –, sendo estas: má consciência, ressentimento e o ideal ascético.

A constituição da má consciência é dada ao passo que o estabelecimento do enquadre moral incide sob o corpo-interioridade dos sujeitos. A má consciência opera no desenvolvimento-agenciamento das forças internas do sujeito para o sentimento de culpa, devido ao não agir em consonância com o quadro moral que delineou os valores de bem e mal. A má consciência ancora-se na memória, na responsabilidade e na noção de dever moral. Em tais pilastras a má consciência exerce a violência do si para com o si mesmo.

O movimento EsP agênciia a produção de má consciência ao passo que opera sob a mentalidade dos pais como bastiões da moral (ao menos de sua própria moral), a construção da noção de filhos enquanto uma propriedade e dos professores enquanto espaço de manifestação do mal (PENNA, 2016; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018; POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; POLIZEL, 2019). A expressão da má consciência operacionaliza a partir da produção interior dos pais como guardiões que se não conterem a manifestação do mal, são culpados por não serem aliados ao projeto proposto.

Como pontua Sigmund Freud (2010), a sensação de culpa – e de má consciência – só é sentida ao passo que há significação desta e o direcionamento das pulsões de morte para contra o próprio Eu. As pulsões de mortes são vertidas do sujeito ao próprio sujeito por terem supostamente falhado com seu papel social de guardar a moralidade vigente. A mortificação da consciência se dá na agressividade para consigo.

Há, contudo, a possibilidade de os pais operacionalizarem seu papel templário, na cruzada contra os docentes que não efetuam a

reatividade-negatividade instituída discursivamente pela propositiva de lei. Nesse caso o investimento da pulsão violenta dá-se para com o Outro, volta-se ao docente. Esse processo se faz pois o sujeito identifica nos docentes a figura daquele que viola sua propriedade, ao violar a moralidade do filho. As reflexões críticas promovidas em sala – haja vista que a moralidade não resiste a crítica –, são vistas como uma fissura de degenerescência, produz angústia ao tirar-lhe a posse da consciência do Outro-filho, coloca os valores em discussão... Essa angústia produzida pelo Outro é o ressentir (NIETZSCHE, 2017; FREUD, 1996).

A pulsão violenta do ressentido é vista enquanto um castigo, uma vingança, ou até mesmo pervertida na noção de justiça. As forças violentas são movidas para contra o corpo docente pois vê

O castigo como meio de impedir um criminoso de continuar a causar dano.

O castigo como meio de redimir-se para com a pessoa prejudicada e sob uma forma qualquer (por exemplo uma compensação em forma de dor).

O castigo como meio de retringir e limitar uma perturbação que afete o equilíbrio para impedir que essa perturbação se propague.

O castigo como meio de inspirar medo aos que determinam e executam o castigo.

O castigo como meio de compensar as vantagens obtidas até então pelo criminoso (por exemplo, quando é utilizado como escravo numa mina).

O castigo como meio de eliminar um elemento degenerado (e as vezes de toda uma família, como o prescreve o direito chinês; meio, por conseguinte, de depurar a raça ou de manter um tpo social).

O castigo como festa, ou seja, como desencadeamento de violências e insultos contra um inimigo que acaba de derrotar.

O castigo como meio de criar uma recordação, seja naquele que sofre a punição ou assim chamada “correção”, seja para as testemunhas da execução.

O castigo como pagamento de honorários ao poder que protege o malfeitor contra os excessos da vingança.

O castigo como compromisso com o estado natural de vingança, na medida em que esse é mantido em vigor por linhagens poderosas e é reivindicado como privilégio.

O castigo como declaração de guerra e medida de guerra contra um inimigo da paz, da lei, da ordem, da autoridade, que é combatido como um perigo para a comunidade, como um ser em ruptura com relação a seus pressupostos, como um rebende, traidor, violador da paz, com meios usados precisamente na guerra. (NIETZSCHE, 2017, p.71-72)

Assim o ressentido busca descarregar a sua ângustia no Outro, compensar-se, retribuir aquele que deveria ter protegido ou transferir a responsabilidade que lhe causaria culpa (FREUD, 1996; 2010; BASTOS, 2010; GUTIÉRREZ-TERRAZAS, 2002; CHAUI, 1991). É a mortificação da consciencia e da inconsciência, que o leva a infringir dano ao Outro (FROMM, 1964).

Contudo há uma terceira pilastra que sustenta o regime de moralidade – que mortifica ao agenciar as pulsões de morte e colocá-las a operar –, o substrato e catalisador que faz funcionar a má consciencia e o ressentimento: o ideal ascético.

O ideal ascético é campo do profeta que guia seu rebanho, é a verdade-Deus que promete: um futuro e uma ira. Um futuro de paz proficua enquanto durar os ordenamentos, os valores e a lei que este apresenta como valida; uma ira pois há a promessa de destruição caso a ideia-Verdade não seja seguida e operacionalizada como manda um grande Pai (FREUD, 2010) ou um Deus (NIETZSCHE, 2017).

O ideal ascético é a ideia de verdade, a lacuna preenchida com material cimentoso, é o “[...] empobrecimento da energia vital” (NIETZSCHE, 2017, p. 136) ao passo que a manutenção da ordem trará a promessa de paraíso apenas em outro mundo – em um futuro, em um pós-morte. É a promessa que será cumprida ao passo que um sacrifício seja realizado, sendo esse sacrifício um eu (da má consciencia) ou um Outro (do ressentir). É a promessa guiada pela neutralidade, a não doutrinação, a não sexualização, e ao direito da propriedade de consciência dos filhos.

Tais agrantias precisam ser garantidas por uma escritura. É a escritura que dá validação a promessa, que prescreve os regramentos negativos – pois define-produz apenas o que não deve ser feito, não propondo nada afirmativamente –, apresenta os riscos e chancela a possibilidade da descarva violenta. Essas escrituras são buscadas em sua validação de Verdade em dois movimentos: i) a busca de estabelecer-se enquanto dispositivo juridico-legislativo, autorizando a

pulsão agressiva contra os corpos a partir de um aparelho do Estado que efetua a pena<sup>2</sup>; ii) instaurar-se discursivamente, ao passo que a subjetividade coletiva opera de acordo com essas linhas de significação-segregativas, autorizando a pulsão violenta pelos próprios bastiões da moralidade – os pais em cruzadas.

É nesta interlocução da produção de linhas de má consciência, ressentimento e ideal ascético que o movimento EsP agências as pulsões thanatológicas, das consciências necrófilas,

## Considerações biófilas

Buscamos operacionalizar nesse manuscrito um movimento hermenêutico, o qual não buscamos esgotar. Buscamos em três feixes analítico-interpretativos a possibilidade de compreender as pulsões thanatológicas investidas sobre as educações para os gêneros e as sexualidades. Buscamos realizar uma interlocução entre o olhar as pulsões de morte-thanatos de Sigmund Freud, ao movimento EsP e suas proposições discursivas e, as concepções das composições morais em Friedrich Nietzsche. Movimentamos nossa análise nas mortificações produzidas pelo EsP, na tríade má consciência-ressentimento-ideal ascético e no agenciamento das pulsões violentas-mortíferas que produzem consciências necrófilas.

Nosso intuito foi o de movimentar algumas peças para compreender o fenômeno ainda em curso do EsP, bem como conclamar por consciências biófilas no qual é preciso diagnosticar o que mortifica é necessário para que conclamemos pelo impossível, mesmo que isto pareça um absurdo.

## Referências

BASTOS, Rogério Lustosa. Freud, a cultura e a tanatologia: uma leitura de Marcuse na obra social freudiana. **Psicanálise & Barroco em revista**, v.8, n.1, 2010, p. 139-170

2 Diversos autores pontuam a estratégia psicopolítica do EsP em vincular-se aos aparelhos e chancela do Estado, ou seja, substancializar-se discursivamente sob aporte jurídico-legislativo para efetuar-se enquanto regime de verdade PENNA, 2016; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; POLIZEL; OLIVEIRA, 2018; POLIZEL; OLIVEIRA; CARVALHO, 2018; POLIZEL, 2019.

BRASIL. **Projeto de lei 867 de 2015 – Programa Escola sem Partido.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em 20/07/2020

\_\_\_\_\_. **Projeto de lei 193 de 2016 – Programa Escola sem Partido.** 2016a. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1>>. Acesso em 20/07/2020

\_\_\_\_\_. **Projeto de lei 246 de 2019 – Programa Escola sem Partido.** Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=170703\\_7&filename=PL+246/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=170703_7&filename=PL+246/2019)>. Acesso em 30/08/2020

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. **Rev. Semina: Ciências sociais e humanas**, v. 37, n. 2, 2017, p. 193-210.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida.** 12<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREUD, Sigmund. **Freud (1930-1936) – Obras completas volume 18:** o mal-estar na civilização e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.9-89

\_\_\_\_\_. **Além do princípio de prazer.** Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

FROMM, Erich. **El Corazón del Hombre:** Breviario. México: Fondo de Cultura Económica, 1967

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, José. O conceito de pulsão de morte nas obras de Freud. **Agora**, v.5, n.1, 2002, p.91-100

NIETZSCHE, Friederich. **Obras incompletas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996



NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. São Paulo: Lafonte, 2017

PENNA, Fernando. Ódio aos Professores. In: AÇÃO EDUCATIVA (Orgs). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, p. 93-100, 2016

POLIZEL, Alexandre Luiz. Percepções do movimento Escola sem Partido: currículos pastorais e o professor como catequista. **Revista Amazônida**, v.4, b.1, 2019, p. 1-16

POLIZEL, Alexandre Luiz; OLIVEIRA, Moises Alves de. O neurótico e o canalha como personagens no movimento Escola sem Partido: negações, generalizações e esquecimentos. In: DICKMANN, Ivanio (Orgs). **Vozes da Educação, volume I**. São Paulo: Editora Dialogar, 2018, p.82-99

POLIZEL, Alexandre Luiz; OLIVEIRA, Moises Alves de; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Uma produção de exceção: o anti-movimento Escola sem Partido, a soberania e o professorado nu. In: DICKMANN, Ivo; LAZAROTTO, Aline Fátima (Orgs). **Educação e sociedade: temas emergentes**, v. III. Chapecó: Plataforma Acadêmica, 2018, p. 319-334

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: Uma introdução as teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

\_\_\_\_\_. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999